

CONVIDADOS A ESCOLHER O NOSSO FUTURO

*Nota da Comissão Diocesana Justiça e Paz sobre as Eleições Europeias de
26 de Maio de 2019*

O Magistério Social da Igreja entende que a participação dos cidadãos na vida política e social não é somente uma das suas maiores aspirações mas também um dos pilares de qualquer ordenamento democrático. Entende-se por participação um conjunto de atividades mediante as quais o cidadão, como indivíduo ou associado com outros, diretamente ou por meio de representantes, contribui para a vida cultural, económica, política e social da comunidade a que pertence. A participação não é, portanto, só um direito mas também um dever a ser conscientemente exercido por todos em ordem ao bem comum. Toda a democracia é intrinsecamente participativa.

O direito ao voto, em democracia, confere a todos os cidadãos a possibilidade de participarem na vida política, delegando, naqueles que elegerem, os poderes e funções que serão, por consequência, exercidos em seu nome, por sua conta e em seu favor.

No próximo domingo, dia 26 de maio, os cidadãos da União Europeia são convidados a exercer o seu direito de voto para a constituição do próximo Parlamento Europeu. Os açorianos também são convidados a fazê-lo. Mas, nos últimos atos eleitorais para as Europeias, a Região Autónoma dos Açores tem evidenciado um elevado e crescente absentismo no exercício desse direito e dever, o que não deixa de ser preocupante, ainda mais quando a nossa Região tem beneficiado do apoio europeu para o seu desenvolvimento. Sejam quais forem as razões para a elevada apatia do povo açoriano na participação em processos eleitorais, particularmente nas Europeias (onde temos das mais elevadas taxas de absentismo), o distanciamento face às próprias instituições democráticas enfraquece o valor da participação efetiva dos cidadãos, que é pilar da democracia.

A Comissão Diocesana Justiça e Paz apela, por isso, a todos os cidadãos a que exerçam conscientemente o seu direito de voto. Apela também à comunidade política que se empenhe nestas eleições europeias e que, de uma forma honesta, clara e equilibrada, contribua para formar e informar os cidadãos eleitores sobre os reais objetivos e propostas que pretendem apresentar aos eleitores.

A União Europeia vive um momento particular da sua existência. Fenómenos como o *Brexit*, o discurso de movimentos eurocéticos, a crise dos refugiados, os independentismos ou o aparecimento de novas

expressões político-partidárias, merecem a reflexão consciente e objetiva de todos os cidadãos. Acrescem problemas ao nível demográfico, como o envelhecimento das populações europeias, os conflitos sociais, a competitividade e a mobilidade social que requerem novas soluções políticas centradas na defesa da dignidade humana, que não embarquem em medidas populistas que criam mais barreiras do que pontes.

A crise de confiança no projeto da União Europeia que se sente atualmente só pode ser superada com o esforço comum de todas as entidades envolvidas, particularmente a comunidade política, que se deve empenhar na valorização do património humanista, de raiz cristã, que inspirou o surgimento desta ideia de Europa.

A Europa deve ser um espaço único de empenho pela justiça social e direitos humanos, pela cultura e respeito pelas diferenças de cada região ou país, não se podendo resumir apenas a uma associação com fins económicos.

Aos que vierem a ser eleitos em Portugal apelamos a um verdadeiro e determinado compromisso na defesa de uma Europa aberta ao mundo, para que esta não se transforme numa fortaleza alheia aos problemas que se vivem à sua volta.

Como cristãos, somos convidados a olhar este processo democrático à luz do Evangelho e da mensagem de Jesus, para que valores como a paz, a liberdade e o bem de todos sejam, com a ajuda da nossa escolha, realidades cada vez mais consolidadas.